

As estatísticas oficiais como fontes para o estudo da família
e do grupo co-residente a propósito do recenseamento geral da
população de Portugal de 1981

Realizado por:

João Arriscado NUNES

Os modernos recenseamentos foram concebidos com o objectivo prioritário de obter informações sobre populações e sub-populações de indivíduos, distribuídos segundo certas características, como o lugar de residência, o sexo, e idade ou o estado civil. Contudo apesar da relativa facilidade de identificação da unidade 'indivíduo', a viabilidade de uma operação de recenseamento (ou de qualquer inquérito incidindo sobre indivíduos) depende da possibilidade de o referir a uma unidade espacial estável e facilmente identificável. Essa unidade coincide, normalmente, com o grupo de indivíduos (ou com o indivíduo isolado) designado por 'agregado doméstico' (1). O processo de obtenção de informações sobre indivíduos torna-se possível, assim pela sua inserção em unidades supra-indivi-

Algumas das ideias aqui expressas foram sugeridas por discussões com João de Pina-Cabral. Desejo ainda deixar os meus agradecimentos a Chris Wilson e Mike Murphy por me terem facultado materiais sobre o tema e ao Department of Population Studies da London School of Economics and Political Science e ao Cambridge Group for the History of Population and Social Structure pelas facilidades concedidas para utilização das respectivas bibliotecas. O texto final é da minha exclusiva responsabilidade. A investigação na base deste trabalho foi financiada por uma bolsa do Instituto Nacional de Investigação Científica.

duais (exceptuam-se, naturalmente, os isolados), que incluem pessoas ligadas por relações de um ou vários tipos (co-residência, contribuição para um fundo comum de consumo, conjugalidade, filiação, parentesco, adoção ou coabitação).

Só recentemente tem vindo a ser prestada maior atenção à informação sobre aquele tipo de unidades por parte das entidades produtoras da informação demográfica de base (normalmente, os Departamentos ou Institutos de Estatística dos vários países). Esta situação decorre, em grande medida, da necessidade, por parte de entidades públicas e privadas (agências de planeamento, serviços sociais, ministérios, empresas produtoras de certos tipos de bens de consumo, por exemplo), de maior e melhor informação sobre as condições de habitação, os padrões de consumo das famílias, ou a situação familiar dos dependentes, para citar apenas alguns exemplos mais significativos (Le Bras, 1979; ryder, 1985). Uma das consequências desse crescente interesse pela situação de famílias e agregados domésticos tem sido a crescente inclusão nos recenseamentos, sobretudo desde 1960, de quadros -por vezes bastante numerosos- resumindo um conjunto de informações sobre a dimensão e composição dessas famílias e agregados, bem como a realização regular de inquéritos por amostragem incidindo sobre as características de agregados e famílias, sobre os seus padrões de consumo, as fontes de receita dos seus membros ou as condições de habitação. Portugal não constitui excepção: a partir do Recenseamento Geral da População de 1960, diferentes quadros sobre a composição das famílias segundo vários critérios de classificação têm sido incluídos nas publicações resultantes das operações de Recenseamento. Outras fontes incluindo informação sobre o mesmo tema têm vindo a ser publicadas, igualmente, desde 1970, como os Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares, a que será feita menção mais adiante, ou os Inquéritos a situação da força de trabalho, designados desde 1982 por Inquérito Permanente ao Emprego.

No plano acadêmico, outros factores têm contribuído para um crescente interesse pelo campo a que se convencionou chamar 'demografia da família'. Por um lado, as investigações no âmbito da demografia histórica, da sociologia da família e da antropologia mostraram a importância da análise da família e do agregado doméstico para uma adequada compreensão da diversidade dos regimes demográficos e das formas de organização e reprodução das relações sociais (2). Por outro, as recentes e profundas transformações observadas nos comportamentos matrimoniais, reprodutivos e familiares na maior parte dos países ocidentais vieram colocar novas interrogações sobre a estabilidade e perenidade de instituições como o casamento e a família, e sobre as características, origens e perspectivas de evolução de fenómenos como a coabitação, as uniões consensuais, a instabilidade das uniões conjugais, a manutenção da fecundidade abaixo dos níveis de substituição ou o aumento da proporção de indivíduos vivendo sozinhos.

As estatísticas oficiais disponíveis, contudo, nem sempre possibilitam uma análise adequada dos fenómenos referidos. Tal pode ser explicado por limitações de vária ordem na forma como é definida a informação a recolher no momento do Censo ou do Inquérito na maneira como esta é recolhida, agregada e processada e na selecção do tipo de informação publicada ou posta à disposição do público. Estes problemas não podem ser desligados das manifestas insuficiências sentidas pelas várias Ciências Sociais -e especialmente pela Demografia- no plano teórico e metodológico perante objectos complexos como a família ou os agregados domésticos. Assim, por exemplo, a Demografia convencional desenvolveu instrumentos de análise adequados ao estudo dos 'átomos' que são os indivíduos e das 'moléculas' (constituídas por agregações destes) que são as populações, para utilizar a expressiva imagem proposta por Le Bras (1973); contudo, o arsenal técnico e metodológico da demografia convencional está mal adaptado à análise das estruturas intermédias que organizam os indivíduos nas populações, como são a família ou o agregado doméstico, para não mencionar o conhecido problema dito 'dos dois sexos' na análise da nupcialidade, isto é, o problema da inconsistência

dos resultados obtidos separadamente para cada um dos sexos na análise de fenómenos complexos como a formação e dissolução de casamentos numa mesma população.

Durante os últimos dez anos, contudo, um esforço considerável tem vindo a ser desenvolvido no sentido de ultrapassar tais insuficiências, através de um notável investimento intelectual no campo da 'demografia da família' (3). Esse esforço tem-se materializado na organização de conferências ou de projectos de investigação de âmbito internacional na inclusão de sessões especializadas em reuniões internacionais dedicadas aos estudos da população (4), e na publicação de volumes colectivos dedicados ao tema (5), sem esquecer a abundante (e crescente) literatura sobre o tema, produzida por especialistas de várias disciplinas, da demografia à antropologia, passando pela história e pela sociologia, entre outras.

Numa primeira fase, foi concedida, uma atenção especial aos problemas teóricos e metodológicos, e foi possível equacionar os principais obstáculos ao progresso da investigação neste campo, propor algumas orientações para o trabalho futuro, nomeadamente definindo prioridades, e apontar as deficiências da informação disponível, especificando ao mesmo tempo as características desejáveis das bases de dados adequadas ao estudo da demografia da família nas suas varias dimensões:

- análise da dimensão e composição das famílias e dos agregados e das suas transformações ao longo do tempo;
- análise dos factores demográficos determinantes da dimensão e composição dos agregados e famílias;
- análise das consequências demográficas da composição dos agregados e famílias;
- projecção do número e distribuição por dimensões dos agregados (6).

O objectivo deste artigo não é o de apresentar um 'estado da questão' do campo da demografia da família, mas apenas o de, à luz de alguns dos desenvolvimentos recentes acima referidos, proceder a um exame crítico da informação sobre famílias e agregados domésticos publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, particularmente o Recenseamento Geral da População de 1981 e o Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1980-1981, com referências ocasionais, quando tal se justificar, a publicações anteriores; explicitar as possibilidades e limitações de tal informação para o estudo da composição dos agregados domésticos e das 'famílias'; e, finalmente, sugerir algumas soluções possíveis para a recolha e organização da informação necessária ao estudo transversal e longitudinal da família e do agregado doméstico no Portugal de hoje. Não será discutida, por razões de espaço, a informação referente aos 'núcleos familiares', que será abordada num outro trabalho, em preparação, sobre a análise da fecundidade com base nos Recenseamentos a partir de 1940. Finalmente, convirá esclarecer que os exemplos apresentados têm uma função puramente ilustrativa, e não pretendem ser uma análise da informação contida nas fontes em discussão, que será objecto de um outro trabalho (7).

O investigador que pretenda utilizar os Recenseamentos e Inquéritos oficiais depara, à partida, com três tipos de problemas:

- que relação é possível estabelecer entre as definições das variáveis utilizadas para recolher e organizar a informação contida no documento, por um lado, e as variáveis definidas pelo investigador em função do quadro teórico que comanda a realização da pesquisa?
- que influência tem a intervenção do inquiridor ou do agente recenseador, no momento da recolha e elaboração da informação de base, sobre as características dos dados a que o utilizador virá a ter acesso? Em que medida são essas características influenciadas pelas decisões tomadas pelos responsáveis pelo processamento dos resultados do Censo ou Inquérito em cada fase do processo de agregação da informação?

- em que medida responde a informação publicada (ou não publicada mas acessível ao público) às necessidades dos investigadores?

Infelizmente, não dispomos de estudos sobre o contexto da recolha e elaboração da informação, pelo que não se poderá discutir adequadamente o segundo ponto, embora seja possível, como veremos, sugerir alguns temas para reflexão a partir da própria informação disponível (8). O essencial da discussão que se segue, contudo, centrar-se-á no primeiro e no terceiro pontos.

O recenseamento de 1981 define quatro unidades estatísticas essenciais: o edifício, a unidade de alojamento, a família e o indivíduo. Só os edifícios integrando uma unidade de alojamento, no mínimo -e servindo, por conseguinte, para habitação, foram considerados no Censo. Para o tema que nos ocupa, é importante considerar as definições de unidade de alojamento e família.

A unidade de alojamento pode ser descrita, sumariamente, como qualquer espaço físico utilizado para habitação, independentemente de para tal ter sido concebido, desde que efectivamente habitado no momento do Censo. A definição abrange não só:

'o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação humana, na condição de, no momento do recenseamento, não estar a ser utilizado para outros fins'

mas ainda

'as instalações móveis, abarracadas, improvisadas em locais não destinados à habitação, as instalações colectivas e todas aquelas que, em princípio, não foram construídas, reconstruídas ou transformadas para serem destinadas à habitação'.

Uma unidade de alojamento deve constituir um espaço distinto isto é, fisicamente separado de outros espaços ocupados por indivíduos não pertencentes ao grupo que ocupa a unidade -e independente- dotado de

um acesso directo que nao obrigue a atravessar outras unidades de alojamento. Dentro do conjunto das unidades de alojamento. Dentro do conjunto das unidades de alojamento, designa-se por 'alojamento clássico' ou 'fogo', a divisão, conjunto de divisões e anexos em edificio de carácter permanente (ou em parte de edificio), que 'se destina a servir de habitação familiar', desde que no momento do censo não esteja 'a servir totalmente para outros fins'.

E, ainda, estabelecida uma distinção entre 'alojamentos familiares' e 'alojamentos colectivos', estes incluindo 'os hotéis, pensões e similares e as convivências', estas últimas definidas como:

'uma ou mais construções permanentemente habitada (s) por um grupo de pessoas, geralmente numeroso, que vivem em conjunto, compartilhando habitualmente as refeições, com um objectivo comum ou interesse geral e geralmente governados por uma autoridade interior ou exterior a esse grupo.'

Apenas os alojamentos familiares serão considerados nesta discussão. Se o conceito de unidade de alojamento serve para designar um espaço físico destinado à habitação, o grupo de pessoas que o ocupa é definido como um 'agregado doméstico'. É importante notar que esta definição não implica qualquer tipo de relação entre as pessoas que constituem o agregado, para além da partilha do mesmo espaço físico de habitação; terá interesse observar que, no Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 1980-1981 o conceito é utilizado com um significado distinto:

'O grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação sejam suportadas por um orçamento comum'

'a pessoa que ocupa integralmente uma unidade de alojamento ou que, partilhando-a com outras, não satisfaz a condição anterior' (9).

De acordo com estas definições, os 'hóspedes sem pensão alimentar e as empregadas domésticas' foram considerados como agregados separados, o que, como veremos, pode suscitar problemas de comparabilidade com qualquer uma das unidades definidas no Censo. No Inquérito..., é inequivocamente afirmado que a definição de agregado doméstico adoptada 'diverge' da utilizada no Censo 'pois este engloba todos os indivíduos que residam na mesma unidade de alojamento'. Tal opção é justificada por 'não fazer sentido' num inquérito à economia familiar, 'considerar como agregados grupos de pessoas entre as quais não existisse qualquer comunhão de despesas' (10).

Voltando ao Recenseamento, encontramos a família definida como 'a pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento'.

'o grupo de pessoas ligadas por união de facto, de direito ou parentesco que ocupam uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento'.

Assim, esta definição envolve já outros critérios para além da partilha do mesmo espaço habitacional; a existência de uma união (presumivelmente marital) de facto ou de direito ou a presença de laços de parentesco delimitam a pertença à família. Não é totalmente claro se, como acontecia nos Censos de 1960 e 1970, os empregados domésticos habitando com a família são considerados parte desta, ou se, coincidindo com a definição de agregado doméstico do Inquérito... acima mencionada, são considerados como constituindo famílias a parte. Assim, torna-se difícil determinar-se, por exemplo, as 'pessoas independentes' vivendo sozinhas registadas pelo Censo de 1981, constituem uma categoria comparável com a utilizada nos dois Censos anteriores, ou se alguns dos indivíduos constituindo 'famílias sem núcleos com uma só pessoa' correspondem, por exemplo, a empregados domésticos residindo com os seus patrões, mas contados como famílias separadas. Neste último caso, a definição de 'família' utilizada no Censo tenderia a coincidir com a de 'agregado doméstico' do Inquérito... Não é claro, também, se as pessoas não fazendo parte de núcleos familiares mas consideradas como

membros da 'família' são necessariamente parentes de membros do(s) núcleo(s) familiar(es), ou se estão igualmente incluídos nessa categoria todos os que, como é o caso dos hóspedes com pensão alimentar referidos no Inquérito..., contribuem para um fundo comum de consumo.

A classificação das famílias por tipos é feita com base em vários critérios:

- a existência de 'núcleos familiares' e o número destes em cada família. O 'núcleo familiar' é definido como 'um casal, com ou sem filho (s) solteiro (a), ou pai ou mãe com filho(s) solteiro(s)'
- cada tipo de família é, ainda, subclassificado em função da presença ou ausência de mais pessoas. As famílias sem núcleos são classificadas separadamente, conforme sejam constituídas por uma só ou por várias pessoas, e, entre as últimas, distinguem-se ainda os casos de pessoas aparentadas e não aparentadas.

A formalização da união conjugal ou a legitimidade dos filhos não é essencial para a definição do núcleo; de facto, é considerada casada 'toda a pessoa que tenha contraído matrimónio (situação legal) ou que viva maritalmente (situação de facto)'.
'

A não distinção, no censo, de uniões de direito e uniões de facto, bem como das situações de filiação legítima e ilegítima oculta uma informação importante para compreender até que ponto Portugal terá acompanhado a tendência verificada noutros países para uma intensificação da coabitação sem formalização do casamento, e em que regiões e entre que grupos etários tal tendência, a existir, terá assumido maior relevância, bem como a sua importância relativa em meio rural e urbano. Se, por um lado, a definição censitária possibilita uma imagem mais precisa da situação de facto no respeitante às uniões maritais (formalizadas ou não), por outro não é facultada uma informação de maior interesse para o estudo da evolução da nupcialidade e dos padrões de coabitação. Esta deficiência é, contudo, bastante

comum nos Recenseamentos de muitos países, e as suas consequências são, de qualquer modo, menos problemáticas para a análise das uniões conjugais do que a utilização de uma definição estrita destas como as sancionadas através de cerimónia religiosa ou legal.

A partir da informação sobre unidades de alojamento famílias e núcleos familiares, é possível elaborar alguns dados interessantes sobre a dimensão e composição dos agregados e famílias, quer à escala do país, quer do Continente, Madeira e Açores separadamente, quer ainda para unidades territoriais de menor dimensão, como os Distritos, ou, em alguns casos, os concelhos e, mesmo, as freguesias e lugares. A relevância do acesso a informação mais desagregada, sob o ponto de vista territorial, do que a que foi objecto de publicação será considerada mais adiante. É importante insistir no facto de os resultados fornecidos pelo Recenseamento decorrerem de um processo de expressão das categorias observadas pelos inquiridores em função das definições e questionários elaborados pela entidade recenseadora. A necessidade de garantir a homogeneidade das definições e classificações em documentos deste tipo (homogeneidade das definições e classificações em documentos deste tipo (assim como na generalidade dos inquéritos) obriga a eliminar da informação construída pelos inquiridores no processo de observação as características que são geradoras de heterogeneidade e de incomparabilidade entre as situações observadas nos termos das definições e categorias utilizadas para a operação censitária ou inquérito.

Assim, grande parte da informação acerca das representações, por parte da população inquirida, de fenómenos como a residencia, a comensalidade, a relação entre residência e vicinalidade, a relação entre o espaço físico de habitação e o grupo que o ocupa que, entre certas populações, correspondem, na sua indissociação, a uma unidade social com um significado fundamental para a organização das relações sociais e do processo de reprodução (11) ou, como veremos mais adiante, a chefia da família, informação essa que remete para a especificidade das representações e práticas correntes nas várias regiões e locais ou entre diferentes grupos sociais, só residualmente influencia o processo de produção da infor-

mação, na medida em que, por definição, a operação censitária ou o inquérito constituem, como já foi sugerido, operações homogeneizantes no plano da conceptualização e classificação das unidades observadas. Este problema parece inultrapassável quando se pretende obter o máximo de informação sobre um número limitado de fenómenos num espaço de tempo curto, para uma população numerosa, ou quando se pretende, acima de tudo, garantir a comparabilidade das observações realizadas no âmbito da operação censitária ou do inquérito. Seria inútil, dispendioso e, provavelmente, impraticável, procurar transformar os Censos ou inquéritos correntes naquilo que não podem ser: os substitutos de investigações de campo pormenorizadas, cobrindo os aspectos acima mencionados, e incidindo sobre locais ou regiões com populações de dimensão reduzida (12). É importante porém, ter consciência clara das limitações já referidas, e em particular da necessidade de avaliar criticamente o valor operatório das definições propostas e de elaborar 'teorias auxiliares da medição' que permitam a sua utilização adequada (13).

Uma utilização crítica destas fontes obriga a considerar os dados sobre agregados e famílias como representações das situações observadas no quadro das limitações impostas pelas condições em que a operação censitária (ou o inquérito) é concebida, planeada e realizada. Trata-se apenas de uma representação possível entre várias, incluindo as dos próprios inquiridos e as do investigador, estas últimas condicionadas por um quadro teórico e por opções de carácter metodológico. Se estas limitações não forem esquecidas, a informação censitária pode desempenhar um papel fundamental em fases exploratórias do trabalho de investigação (14). Procurarei ilustrar, a seguir, uma utilização, nesse sentido, de alguns dados sobre os Distritos do Continente.

O quadro 1 apresenta o número médio de indivíduos por família nos distritos do Continente. A dimensão da família diz-nos ainda muito pouco acerca da sua composição, mas é um indicador facilmente elaborado a partir da informação mais corrente publicada nos censos para todas as unidades territo-

QUADRO I

Número médio de Pessoas por família nos Distritos do Continente

1981

| Distrito | Número médio de pessoas por família |
|---------------------|----------------------------------------|
| Viana do Castelo | 3.66 |
| Braga | 4.21 |
| Porto | 3.76 |
| Vila Real | 3.64 |
| Bragança | 3.36 |
| Aveiro | 3.79 |
| Coimbra | 3.13 |
| Leiria | 3.21 |
| Viseu | 3.47 |
| Guarda | 2.99 |
| Castelo Branco | 2.92 |
| Santarém | 3.05 |
| Lisboa | 3.02 |
| Setúbal | 3.13 |
| Portalegre | 2.84 |
| Evora | 2.89 |
| Beja | 3.00 |
| Faro | 3.02 |
| <hr/> Continente | <hr/> 3.32 |

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação,

riais, incluído as mais desagregadas (freguesia, lugar). É interessante observar a hierarquia dos valores para os vários Distritos e compará-la com as proporções de fogos complexos nos mesmos distritos que examinaremos mais adiante. Convirá não esquecer que os critérios utilizados no Censo para a inclusão de indivíduos em famílias podem ter contribuído para a 'criação' de um certo número de famílias de dimensão reduzida, especialmente constituídas por uma só pessoa, deprimindo, assim, o número médio de pessoas por família. É impossível, contudo, resolver o problema utilizando apenas a informação do Censo.

As famílias de maior dimensão situam-se no Noroeste, coincidindo, aliás, com a área em que a proporção de famílias de estrutura complexa é mais importante. Contudo, a hierarquia da dimensão dentro desta área não corresponde totalmente à hierarquia da complexidade. No outro extremo da distribuição, encontram-se distritos do Sul (Portalegre, Évora) e do interior (Castelo Branco, Guarda). A distribuição regional da dimensão média das famílias obriga a considerar um conjunto de factores que incluem a preferência por certos modos de co-residência, as escolhas individuais e vários constrangimentos que limitam o leque de opções possível: os níveis de fecundidade e mortalidade, os padrões de mobilidade e migrações, a disponibilidade de certos tipos de potenciais co-residentes e dos recursos indispensáveis ao estabelecimento do tipo de co-residência desejado; por outras palavras, a análise da dimensão média das famílias e das respectivas diferenças regionais obriga a considerar em pormenor os 'determinantes próximos' do processo de formação, dissolução e reprodução dos grupos co-residentes, o mais importante dos quais parece ser a preferência por certos tipos de organização familiar (15).

Rowland (1984) mostrou que a informação sobre a composição das famílias no Recenseamento de 1960 poderia ser expressa em termos próximos da classificação de Hammel-Laslett, com a condição de aceitar a introdução de algumas simplificações. O mesmo se aplica aos dados publicados da Estimativa a 20% do Recenseamento de 1970, e ao Recenseamento de

1981. É importante não esquecer, contudo, como já atrás foi referido a propósito das definições de agregado e família, que o Recenseamento de 1981 não é rigorosamente comparável com os antecedentes. A classificação das famílias de tipo 3, 4 ou 5 não é alterada pela não inclusão de empregados domésticos, hóspedes ou outros indivíduos possivelmente considerados como membros da família nos Censos de 1960 e 1970, mas não aparentados com o responsável da família; contudo, quer o número total de famílias, quer as proporções de famílias de tipo 1 e 2 são 'inflacionados' relativamente a 1960 e 1970. Globalmente, isto resulta num aumento do número de famílias recenseadas, numa sobrestimação das proporções de famílias de tipo 1 e 2 e numa subestimação das proporções de famílias de tipo 3, 4 e 5, esta última situação resultante apenas do aumento global do número de famílias, e não de qualquer reclassificação das famílias desses três tipos. Um problema daqui decorrente é o da possível sobrestimação da propensão para a residência de indivíduos em famílias sem núcleos familiares particularmente de indivíduos vivendo sozinhos e, ainda, a impossibilidade de verificar rigorosamente a incidência do fenómeno nas diferentes regiões do País. Apesar destas limitações, contudo, é possível obter algumas informações sugestivas a partir destes dados (16).

A utilização da classificação de Hammel-Laslett não exclui, obviamente, a possibilidade de reclassificar os dados do Recenseamento segundo outros critérios. Ela apresenta a vantagem, porém, de permitir uma fácil comparação com os trabalhos disponíveis sobre o tema, particularmente os referentes a populações do passado, em Portugal e noutros países.

Sem pretender analisar em pormenor, aqui, os dados disponíveis, é possível sugerir, a partir do Quadro 2, algumas hipóteses de trabalho interessantes.

QUADRO 2

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981

| Tipo de Família (a) | Distritos | | | | | |
|---------------------|------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Viana do Castelo | | Braga | | Porto | |
| | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) |
| 1 | 12.8 | 3.5 | 8.1 | 1.9 | 9.4 | 2.5 |
| 2 | <u>4.9</u> | <u>3.3</u> | <u>3.0</u> | <u>1.7</u> | <u>3.0</u> | <u>1.9</u> |
| 2a | 4.0 | 2.6 | 2.3 | 1.3 | 2.2 | 1.4 |
| 2b | 0.9 | 0.7 | 0.7 | 0.4 | 0.8 | 0.5 |
| 3 | <u>54.0</u> | <u>58.1</u> | <u>66.9</u> | <u>69.6</u> | <u>66.2</u> | <u>68.8</u> |
| 3a | 17.2 | 13.1 | 14.0 | 8.9 | 15.9 | 10.6 |
| 3b | 35.9 | 44.3 | 52.1 | 60.0 | 49.6 | 57.6 |
| 3c | 0.9 | 0.7 | 0.8 | 0.7 | 0.7 | 0.5 |
| 4 | 15.3 | 21.2 | 13.2 | 17.5 | 13.9 | 18.9 |
| 5 | 13.0 | 13.9 | 8.8 | 9.3 | 7.4 | 8.0 |
| 4+5 | <u>28.3</u> | <u>35.1</u> | <u>22.0</u> | <u>26.8</u> | <u>21.3</u> | <u>26.8</u> |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 99.9 | 100.0 |

(cont.)

QUADRO 2 (cont.)

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981

| Tipo de Família (a) | Distritos | | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|
| | Vila Real | Bragança | Aveiro |
| | Famílias (%) | Famílias (%) | Famílias (%) |
| 1 | 13.1 | 14.5 | 9.0 |
| 2 | 2.8 | 2.6 | 2.2 |
| 2a | <u>3.4</u> | <u>3.1</u> | <u>2.8</u> |
| 2b | 0.6 | 0.5 | 0.6 |
| 3 | 16.6 | 19.2 | 18.3 |
| 3a | <u>61.4</u> | <u>62.3</u> | <u>65.5</u> |
| 3b | 43.7 | 42.1 | 46.5 |
| 3c | 1.1 | 1.0 | 0.7 |
| 4 | 13.1 | 13.0 | 14.3 |
| 5 | 9.0 | 7.0 | 8.4 |
| 4+5 | <u>22.1</u> | <u>20.0</u> | <u>22.7</u> |
| | 10.9 | 12.9 | 13.5 |
| | 54.8 | 53.6 | 53.3 |
| | 0.8 | 0.8 | 0.5 |
| | 18.3 | 18.7 | 19.0 |
| | 9.2 | 7.4 | 9.6 |
| | 27.5 | 26.1 | 28.6 |
| Total | 100.0 | 99.9 | 100.0 |

(cont.)

QUADRO 2 (cont.)

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981

| Tipo de Família (a) | Distritos | | | | | |
|---------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Coimbra | | Leiria | | Viseu | |
| | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) |
| 1 | 13.6 | 4.3 | 12.5 | 3.9 | 14.2 | 4.1 |
| 2 | | | | | | |
| 2a | 2.3 | <u>3.0</u> | 1.5 | <u>1.8</u> | 2.8 | <u>3.3</u> |
| 2b | 0.7 | 1.7 | 0.3 | 1.0 | 0.5 | 1.8 |
| | | <u>2.2</u> | | <u>1.2</u> | | <u>2.2</u> |
| 3 | | | | | | |
| 3a | 23.1 | <u>64.8</u> | 22.4 | <u>70.1</u> | 20.0 | <u>52.0</u> |
| 3b | 41.1 | 17.1 | 47.1 | 15.8 | 41.2 | 52.5 |
| 3c | 0.6 | 0.6 | 0.6 | 0.5 | 0.8 | 0.7 |
| | | <u>68.9</u> | | <u>75.0</u> | | <u>67.2</u> |
| 4 | 12.1 | 17.5 | 9.4 | 13.3 | 12.3 | 17.6 |
| 5 | 6.5 | 7.1 | 6.2 | 6.6 | 8.2 | 8.9 |
| 4+5 | 18.6 | 24.6 | 15.6 | <u>19.9</u> | 20.5 | <u>26.5</u> |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

(cont.)

QUADRO 2

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981 (cont.)

| Tipo de Família (a) | Distritos | | | |
|---------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------|
| | Guarda Famílias(%) Indivíduos (%) | Castelo Branco Famílias (%) Indivíduos (%) | Santarém Famílias (%) Indivíduos (%) | Santarém Famílias (%) Indivíduos (%) |
| 1 | 17.6 | 16.2 | 12.6 | 4.1 |
| 2 | | | | |
| 2a | 3.5 | 1.9 | 1.6 | 1.1 |
| 2b | 0.5 | 0.4 | 0.4 | 0.4 |
| 3 | | | | |
| 3a | 24.0 | 27.6 | 26.2 | 19.1 |
| 3b | 38.7 | 38.8 | 43.0 | 54.4 |
| 3c | 0.8 | 0.7 | 0.6 | 0.5 |
| 4 | 9.6 | 8.6 | 10.1 | 14.4 |
| 5 | 6.3 | 5.8 | 5.5 | 6.0 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |
| | | 15.9 | 14.4 | 15.6 |
| | | 21.4 | 19.4 | 20.4 |
| | | 63.5 | 67.1 | 69.8 |
| | | 70.3 | 73.2 | 74.0 |
| | | 3.0 | 2.3 | 2.0 |
| | | 2.4 | 1.5 | 1.1 |

(cont.)

QUADRO 2

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981 (cont.)

| Tipo de Família (a) | Distritos | | | | | | | | | | | |
|---------------------|--------------|----------------|------|--------------|----------------|------|--------------|----------------|------|--------------|----------------|------|
| | Lisboa | | | Setúbal | | | Portalegre | | | | | |
| | Famílias (%) | Indivíduos (%) | | Famílias (%) | Indivíduos (%) | | Famílias (%) | Indivíduos (%) | | Famílias (%) | Indivíduos (%) | |
| f | 15.9 | 5.3 | | 9.7 | 3.1 | | 15.6 | 5.5 | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | |
| 2a | 2.9 | 2.1 | 2.5 | 1.6 | 1.2 | 1.5 | 1.9 | 1.5 | 2.4 | 1.9 | 1.5 | 1.9 |
| 2b | 0.5 | 0.4 | | 0.4 | 0.3 | | 0.5 | 0.4 | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | |
| 3a | 19.4 | 14.6 | 66.8 | 21.4 | 15.0 | 74.5 | 29.6 | 22.4 | 69.1 | 29.6 | 22.4 | 75.1 |
| 3b | 41.6 | 51.7 | | 50.0 | 59.0 | | 38.9 | 52.2 | | 38.9 | 52.2 | |
| 3c | 0.6 | 0.5 | | 0.5 | 0.5 | | 0.6 | 0.5 | | 0.6 | 0.5 | |
| 4 | 12.8 | 18.5 | | 11.2 | 15.6 | | 8.5 | 12.6 | | 8.5 | 12.6 | |
| 5 | 6.3 | 6.9 | | 5.2 | 5.3 | | 4.4 | 4.9 | | 4.4 | 4.9 | |
| | 19.1 | 25.4 | | 16.4 | 20.9 | | 12.9 | 17.5 | | 12.9 | 17.5 | |
| Total | 100.0 | 100.0 | | 100.0 | 100.0 | | 100.0 | 100.0 | | 100.0 | 100.0 | |

(cont.)

QUADRO 2

Distribuição percentual das famílias e dos residentes em famílias por tipo de família, nos Distritos do Continente, 1981 (cont.)

| Tipo de Família (a) | Distritos | | | | | |
|---------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Évora | | Beja | | Faro | |
| | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) | Famílias (%) | Indivíduos (%) |
| 1 | 14.1 | 4.9 | 14.4 | 4.8 | 14.0 | 4.6 |
| 2 | 2.0 | 1.5 | 2.5 | 1.8 | 2.3 | 1.7 |
| 2a | 2.4 | 1.8 | 2.9 | 2.1 | 2.8 | 2.1 |
| 2b | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 0.3 | 0.5 | 0.4 |
| 3 | 70.1 | 75.6 | 66.2 | 71.0 | 65.2 | 68.8 |
| 3a | 26.9 | 19.7 | 25.1 | 18.6 | 26.3 | 20.3 |
| 3b | 42.6 | 55.4 | 40.4 | 51.8 | 38.3 | 48.0 |
| 3c | 0.6 | 0.5 | 0.7 | 0.6 | 0.6 | 0.5 |
| 4 | 8.8 | 12.9 | 11.0 | 16.1 | 12.0 | 17.4 |
| 5 | 4.6 | 4.8 | 5.4 | 6.0 | 6.0 | 7.0 |
| 4+5 | 13.4 | 17.7 | 16.4 | 22.1 | 18.0 | 24.4 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 99.9 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

a) para uma definição das categorias, ver texto e nota 16.

Como já foi notado por outros investigadores, a distribuição da composição das famílias por Distrito parece confirmar a permanência de contrastes regionais já bem patentes em 1960 e 1970, e que podem ser detectados, nas suas grandes linhas, para períodos anteriores. O Noroeste sobressai, mais uma vez, como a área com incidência maior de formas complexas de organização familiar, e as regiões mais ao Sul apresentam uma configuração que, grosso modo, parece apontar para uma maior 'nuclearidade'. Infelizmente, não estão disponíveis os resultados à escala dos concelhos; como procurámos mostrar noutro lado, esse tipo de informação mais desagregada e referindo-se a unidades territoriais mais homogêneas do que os Distritos, pode ser extremamente importante como base para uma reflexão sobre o fenómeno da co-residência e o contexto social e cultural da organização familiar (17).

Um tipo de informação que merece maior atenção, e que pode ser extremamente interessante, é o que se refere ao número de indivíduos que vive em famílias de cada tipo. A partir destes valores, é possível calcular as proporções de indivíduos cuja experiência residencial, no momento do Censo, se fazia no quadro de famílias com núcleos familiares, presumivelmente como parentes de membros desses núcleos. Dados os problemas já discutidos de definição dos critérios de inclusão dos indivíduos em famílias, estes valores devem ser considerados como mínimos (Quadro 2).

Embora não seja possível proceder, aqui, a uma análise pormenorizada destes dados, alguns aspectos interessantes são notórios. Em todos os Distritos, mais de 90% das pessoas vivendo em agregados domésticos privados faz parte de famílias contendo pelo menos um núcleo familiar; assim, a experiência residencial da esmagadora maioria das pessoas é fortemente marcada pela sua inserção num meio 'familiar', seja com pai ou mãe, como cônjuge, como filho ou como parente de um ou mais dos membros de um núcleo familiar. Esta situação não é imediatamente aparente a partir de uma análise da distribuição das famílias por tipo.

Sera interessante comparar a distribuição das famílias por tipo no Recenseamento de 1981 e no Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1980-1981. A comparação é possível apenas para o total do Continente, dado que o Inquérito não inclui esta informação de forma mais desagregada (Quadro 3).

No Inquérito..., os 'solitários', os casais com filhos (tipo 3b) e as famílias de tipo 'complexo' (4 e 5) encontram-se ligeiramente sub-representadas; em contrapartida, as famílias de tipo 2 e 3c (pai ou mãe solitário com filhos) aparecem consideravelmente sobre representadas. Seria importante estudar com mais pormenor os efeitos da concepção e execução da amostra em que se baseia o Inquérito..., sobre estes resultados, e comparar igualmente os resultados à escala das várias regiões que foram definidas para a sua realização.

Finalmente, e ainda no plano da composição das famílias, é de lamentar que o Recenseamento não publique informação pormenorizada sobre a composição por idades da população vivendo em famílias, segundo a sua posição em relação ao responsável da família. Embora alguns dos quadros publicados permitam determinar o rácio activos/nao activos por família, ou o número de indivíduos com mais de 65 anos ou com menos de 15 vivendo nas famílias conforme a sua dimensão, a ausência de especificação da relação desses indivíduos com o responsável da família não permite analisar o processo de acesso e de 'abdição' da posição de responsável, processo esse que, como mostrou Brass (1983), tem importantes implicações para a análise dos 'determinantes próximos' da formação e dissolução de famílias. A ausência de informação sobre o elemento do sexo feminino que, pela sua posição central na família, pode funcionar como 'marker' para utilizar o termo proposto por Brass, coloca sérias dificuldades a esse tipo de análises. Por outro lado, a falta da informação acima referida, não é possível proceder à construção de coortes sintéticas, permitindo analisar, na ausência de dados longitudinais, a experiência familiar de indivíduos ao longo do curso de vida, apesar de, como mostrou Murphy, os resultados de tal exercício poderem revelar aspectos extremamente importantes da organização familiar inacessíveis de outro modo (18).

QUADRO 3

Distribuição percentual das famílias por tipo de família e dos agregados domésticos por tipo de agregado no Recenseamento de 1981 e no Inquérito às Receltas e Despesas Familiares de 1980-81

| Tipo de família ou de agregado (a) | Recenseamento (% famílias) | Inquérito... (% agregados) |
|---------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 | 12.80 | 9.82 |
| 2 | 2.91 | 3.84 |
| 3 | <u>65.20</u> | <u>70.28</u> |
| 3a | 20.31 | 21.43 |
| 3b | 44.22 | 42.71 |
| 3c | 0.67 | 6.14 |
| 4 | 12.24 | 11.89 |
| 5 | 6.85 | 4.17 |
| 4+5 | <u>19.09</u> | <u>16.06</u> |
| Total | | 100.00 |

Fonte: INE, Recenseamento... 1981 e Inquérito às Receltas e Despesas Familiares, 1980-1981

(a) Os tipos de família definidos no Recenseamento e os tipos de agregado definidos no Inquérito coincidem no essencial. Para uma explicação da classificação adoptada aqui, ver texto e a nota ao Quadro 2.

O Recenseamento inclui, ainda, um tipo de informação que é, normalmente, pouco utilizado, apesar da sua importância para efeitos de previsão, por exemplo. Trata-se da descrição das características dos 'responsáveis' das famílias, termo que substitui a tradicional designação de 'chefe de família'. Se se considerar que uma população vivendo em famílias é constituída por dois tipos de indivíduos -os responsáveis e os não responsáveis pelas famílias, e supondo que, em cada momento, só um indivíduo pode ser responsável por uma família, é possível prever, a partir de uma distribuição dessa população por sexo, idades e características demográficas dos responsáveis, efectuar projecções do número de famílias e da população vivendo em famílias. As possibilidades de utilização de informação deste tipo para a análise demográfica são bastante ricas, como mostrou Murphy (1986). A definição do 'responsável' ou 'chefe' de família suscita, contudo, bastantes problemas. Se, sob o ponto de vista estatístico, é de toda a conveniência definir um 'indivíduo de referência' em cada família, em relação ao qual podem ser definidas as características de todos os outros indivíduos que constituem a mesma família, é necessário não confundir o conceito estatístico de 'indivíduo de referência' como o conceito sociológico de 'chefe' ou 'responsável' da família. Um bom exemplo deste problema é discutido por Pina-Cabral, no seu estudo de duas freguesias no Noroeste de Portugal. Ao longo do seu trabalho, o autor utiliza sistematicamente a noção de 'head couple' em lugar de 'household head' e explica do seguinte modo as razões para tal:

"... with the exception of widows and unmarried people, the headship is not consigned to one person, but is held jointly by a couple. Two expressions are used to refer to this couple os donos da casa and o patrão e a patroa. In this instance, the meaning of the word donos is more akin to that of 'lord' than that of 'owner'. The implications of private property in 'owner' are not present in this expression, where the stress is on executive rights (much like the latin dominus) rather than on ultimate private ownership. The expression o chefe da casa (literally, the chief of the household) is used mostly in urban circles, where it tends to reflect the male dominance which is characteristic of the bourgeois home." (Pina Cabral, 1986, p. 48).

QUADRO 4

Distribuição percentual dos representantes de agregados, segundo o critério utilizado pelos membros do agregado para a sua designação, Continente, 1980-1981

| Critério | Representantes de agregado (%) |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Considerado o chefe de família | 84.75 |
| Principal sustentador da família | 2.09 |
| Dona de casa | 7.08 |
| Outros | 6.08 |
| Total | 100.00 |

Fonte: INE, Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, 1980-1981

Nas operações de Recenseamento e de inquérito, o 'responsável da família' é definido como 'a pessoa que como tal for considerada pela respectiva família'. Apesar da aparente flexibilidade da definição, que permitiria ter em conta a maneira como, entre diferentes grupos sociais, em diferentes regiões, em meio urbano ou rural, é representada pelos próprios inquiridos a figura do 'responsável', os resultados desta opção aliás correntemente adoptada na maior parte dos países, são, em primeiro lugar, o de obrigar à identificação de um indivíduo responsável, mesmo nos casos, como o referido por Pina Cabral, em que a 'chefia da casa' é exercida, de facto, por um casal; em segundo lugar, o de criar uma categoria que, não podendo rigorosamente afirmar-se assentar numa definição conceptual clara, susceptível de garantir a sua utilização para a análise estatística e a sua comparabilidade em contextos sociais e culturais diferenciados, é de utilidade muito limitada. Na ausência da informação sobre a composição demográfica dos membros das famílias, a identificação de um indivíduo de referência que se aproxime do exigido pela análise formal dos determinantes da dimensão e composição da família torna-se um problema de difícil resolução.

O Inquérito às Receitas e Despesas Familiares inclui um quadro que ilustra muito bem o problema.

Em caso nenhum se presume que um casal poderá ser considerado responsável do agregado; as respostas mais correntes referem-se a três critérios possíveis: ser 'considerado o chefe de família', ser 'considerado o principal sustentador da casa' ou ser 'a dona de casa'; no primeiro caso, a referência é essencialmente a estrutura da autoridade na família, sem especificar se se está perante um adulto activo, cuja autoridade decorre, essencialmente, da sua posição de 'senior member' da família; no segundo caso, não é claro se a referência é feita ao adulto que ocupa uma posição de autoridade fundamental no contexto familiar, reforçada pela sua posição de principal suporte económico da família, ou se a referência será a algum outro membro que, ocupando embora esta última posição, se situa num

lugar subordinado sob o ponto de vista da autoridade e das decisões sobre a alocação dos recursos da família, por exemplo; finalmente, no último caso, a referência fundamental é ao papel central da mulher na organização do espaço doméstico e do trabalho com ele relacionado. Esta situação é, em princípio, compatível com qualquer uma das outras duas.

O que ressalta daqui é que esta diversidade de critérios de definição do responsável, que devolve a iniciativa da sua definição aos próprios inquiridos dentro da única limitação, estabelecida pela entidade recenseadora, de que só deve haver um indivíduo definido como 'responsável' em cada família, conduz à emergência de uma categoria conceptualmente indefinida e de limitada utilização para a análise demográfica e sociológica, ainda que, possivelmente, levantando menos problemas aos inquiridores no momento da recolha da informação de base.

A discussão antecedente não visa pôr em causa os procedimentos utilizados na execução de Censos e Inquéritos, que, como é sabido, não são realizados tendo em vista, prioritariamente, fornecer materiais aos investigadores em Ciências Sociais; as condições de concepção e realização dessas operações constroem aqueles que as planeiam e executam a utilizar uma terminologia e um conjunto de definições que não são determinados, no essencial, a partir dos critérios estabelecidos pelos investigadores, e a procurar produzir o máximo de informação pertinente para o maior leque possível de utilizadores, como o máximo de economia de tempo e de recursos. Não significa isto, contudo, que os utilizadores das estatísticas oficiais devam deixar de apontar as suas insuficiências e deficiências, particularmente quando comparadas com as suas congêneres de outros países, ou renunciar a deixar explícitos os limites desse tipo de materiais como fonte para a pesquisa em Ciências Sociais.

E impressão do autor que, por um lado, os dados recolhidos com vista à elaboração das estatísticas oficiais são subutilizados, principalmente devido à não publicação (ou disponibilização) de resultados

importantes (nomeadamente os relativos a unidades territoriais mais desagregadas), e à impossibilidade de acesso, por parte dos investigadores -umas vezes justificadamente, em virtude do segredo estatístico, outras sem qualquer justificação que não seja a indisponibilidade de recursos materiais e humanos que permitam facultar essa informação- a grande parte dos elementos, processados ou não, recolhidos no âmbito de operações de Recenseamento ou de Inquérito. Assim, por exemplo, amostras de informação de âmbito individual, preservando o anonimato dos indivíduos incluídos nessas amostras, poderiam ser construídas a partir dos boletins de Recenseamento criando algo comparável aos 'public use samples' existentes em vários países. Na mesma ordem de ideias os resultados de Inquéritos como o já várias vezes mencionado Inquérito às Receitas e Despesas Familiares ou o Inquérito Permanente ao Emprego (cuja informação é recolhida no âmbito de agregados domésticos privados), ou ainda a informação de base do Inquérito Português à Fecundidade realizado no âmbito de World Fertility Survey, poderiam ser igualmente facultados, com a preservação do anonimato dos inquiridos, aos investigadores, desde que credenciados por instituições idôneas, que assim o desejassem (19).

Não seria impossível pôr de pé, a exemplo do que acontece noutros países, programas de colaboração entre Centros de Investigação de Universidades e o Instituto Nacional de Estatística, no sentido de proceder ao processamento dessa informação e à constituição de bases de dados respondendo às exigências dos investigadores. Iniciativas deste tipo permitiriam, por um lado, libertar os investigadores da absurda tarefa de, frequentemente, recolherem informações já anteriormente obtidas pelo I.N.E. da necessidade de assegurar, unicamente com os seus recursos normais e com pessoal preparado para tarefas de tipo diferente, o processamento do material exigido pelos investigadores. Mesmo que constituindo apenas observações transversais de populações em momentos determinados no tempo, é possível produzir um conjunto de inferências plausíveis acerca dos processos que estão na origem das distribuições encontradas, desde que se disponha de informação pormenorizada sobre algumas das características dos indivíduos que cons-

tuem a população observada (20).

Convém não minimizar, contudo, as muitas insuficiências que tal material apresenta para certos tipos de investigações. Assim, por exemplo, verdadeiras análises longitudinais exigem outro tipo de dados, que podem ser construídos apenas de duas formas: ou procedendo ao cruzamento nominativo de informação escrita, ou efectuando inquéritos prospectivos ou retrospectivos. Um exemplo da primeira solução é a já longa experiência, no campo da demografia histórica, da utilização de registos paroquiais ou, mais recentemente, de registos de população, para a construção de histórias reprodutivas, residenciais e migratórias de populações locais; um outro exemplo, mais recente é o do chamado 'One per cent Longitudinal Survey', levado a cabo em Inglaterra pelo Office of Population Censuses and Surveys, e que inspirou, já, a criação de bases de dados semelhantes noutros países. Trata-se de um registo criado sobre uma amostra de um por cento da população, realizada com base no Censo de 1971, e seguida ao longo de 10 anos até ao Censo de 1981, através do cruzamento nominativo com dados extraídos do registo civil e dos arquivos do Serviço Nacional de Saúde, referentes a nascimentos, óbitos e diagnósticos de cancro. Em princípio, os mesmos indivíduos seleccionados em função do seu nascimento em certos dias e meses deverão ser seguidos durante o período subsequente. Os indivíduos falecidos ou emigrados durante esse período são substituídos pelos nascidos ou imigrados durante o mesmo intervalo de tempo, e que tenham nascido nos mesmos dias e meses dos indivíduos seleccionados para a amostra inicial, de forma a que, ao longo do tempo, a amostra continue a ser representativa de um por cento da população. A mesma operação é repetida para cada intervalo entre recenseamentos. A base de dados é constituída a partir de registos já processados por organismos oficiais, e o cruzamento nominativo é integralmente realizado pelo Office of Population Censuses and Surveys, de modo a preservar o anonimato das pessoas incluídas na amostra. Os investigadores têm acesso à base de dados anónima, já depois de realizados os cruzamentos.

Vários estudos sobre temas tão diversos como a fecundidade, a mortalidade, a emigração ou os padrões de residência têm demonstrado as enormes potencialidades para a investigação de bases de dados deste tipo (21).

É importante não perder de vista, contudo, que a utilidade deste tipo de fontes secundárias é, sobretudo, a de poderem servir para estudos exploratórios, mais do que para análises pormenorizadas de problemas definidos em função da sua pertinência teórica. Assim, é indispensável, também, a realização de inquéritos mais pormenorizados e localizados, planeados pelos próprios investigadores, e executados sob a direcção destes, e que incidam sobre aspectos e dimensões da realidade social que não são analisáveis com base nas estatísticas oficiais, ou mesmo, quando acessíveis, nos materiais que servem de base a essas estatísticas.

É nesse sentido que se deve entender o projecto em curso por um grupo de investigadores, constituído numa fase inicial por João de Pina-Cabral, Elisabeth Reis e pelo autor. Trata-se de uma investigação incidindo sobre pequenas populações do Noroeste português, cobrindo vários tipos de comunidades, em meios rural e urbano, e que procura, numa perspectiva pluridisciplinar e a partir de dois questionários recolhidos para cada agregado familiar, apresentados separadamente ao elemento masculino e ao elemento feminino constituindo o casal que chefia o agregado, cobrir retrospectivamente as experiências dos membros do agregado no plano residencial, laboral, familiar e demográfico. Os questionários, ainda em fase de elaboração, são concebidos de forma de ultrapassar algumas das limitações acima apontadas dos questionários clássicos utilizados quer na realização de Censos e Inquéritos oficiais, quer em investigações sociológicas. Sinteticamente, procurar-se-á ultrapassar a tendência para centrar a recolha e análise da informação nos indivíduos do sexo masculino; a tendência para segregar dimensões como a residência, a vicinalidade, a conjugalidade e a família, de maneira a reconstituir a rede de relações e de solidariedades em que se desenrola o processo de reprodução social; finalmente, procurar-se-á partir da

dimensão émica para a análise da família, da casa e do grupo co-residente, de maneira a integrar de maneira adequada na investigação as representações que os próprios actores sociais elaboram dos processos considerados na pesquisa. Numa segunda fase, agregados seleccionados serão objecto de uma investigação mais profunda e pormenorizada (22).

Procurou-se, neste artigo, sugerir algumas possibilidades de utilização de fontes secundárias, como Recenseamentos e Inquéritos realizados por organismos oficiais, para o estudo da evolução recente da família e do grupo co-residente em Portugal, chamando a atenção por um lado, para as vantagens que sem dúvida adviriam da possibilidade de acesso dos investigadores à enorme massa de material de base sobre agregados domésticos e famílias recolhida durante os Censos e Inquéritos, e normalmente vedados, por motivos vários, aos investigadores. Um passo nesse sentido poderia resultar da colaboração entre o Instituto Nacional de Estatística e Centros de investigação de Universidades, a exemplo do que vem sucedendo noutros países. Tal permitiria sem dúvida, uma utilização mais racional dos recursos limitados ao dispor dos dois tipos de instituições, e possibilitaria avanços consideráveis na compreensão das transformações recentes operadas na família no nosso país. A informação assim produzida seria da maior importância não só sob o ponto de vista do avanço no nosso conhecimento da história recente da família em Portugal, mas ainda como base para a intervenção de entidades públicas e privadas em domínios tão importantes como a evolução do mercado de trabalho, as necessidades em matéria de habitação e infraestruturas, as modificações na população escolar, a assistência e segurança social, as modificações do contexto em que decorrem as carreiras procreativas, etc. Por outro lado tentou-se deixar claramente expressas as limitações apresentadas por este tipo de informação, no respeitante a sua utilização por parte de investigadores, limitações essas decorrentes, sobretudo, das condições (intelectuais e institucionais) de produção das estatísticas oficiais e da nula (ou quase nula) capacidade de intervenção dos cientistas sociais nesse processo, daqui

decorrendo a necessidade de continuar a produzir estudos de âmbito mais restrito, concebidos e executados no quadro de projectos de investigação da responsabilidade das instituições académicas.

N O T A S

- 1.- Apesar de pouco satisfatórios sob o ponto de vista conceptual, optei por conservar, ao longo deste artigo, os termos 'agregado doméstico' e 'família', tal como são definidos no volume Antecedentes, Metodologia e Conceitos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1981, a fim de evitar confusões desnecessárias. Se utilizarmos como termo de comparação a terminologia proposta por Laslett e pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, poderemos considerar a expressão 'agregado doméstico' como equivalente a 'houseful' 'família' a 'household' e 'núcleo familiar' a 'conjugal family unit'. Salvo especificação em contrário, todas as citações não referenciadas são do volume supracitado do Recenseamento.
- 2.- Para uma bibliografia dos trabalhos sobre a família em Portugal em perspectiva histórica, ver Feijó e Nunes, 1986. Entre os trabalhos recentes levados a cabo por antropólogos sobre várias regiões do país, podemos mencionar Brettell, 1986 e 1987; Cutileiro, 1976; O'Neill, 1984; Pina Cabral 1984 e 1986. No campo da Sociologia têm-se multiplicado também os trabalhos, embora incidindo principalmente sobre aspectos que não serão aqui abordados a não ser indirectamente, nomeadamente as relações entre família e organização da economia, família e padrões de trabalho ou família e estrutura de classes. Entre os trabalhos mais interessantes, ver Almeida, 1984 e 1985; Almeida, 1986; Barros, 1986; Pinto, 1985; Wall, 1986, bem como o projecto sobre a situação da juventude em Portugal coordenado por José Machado Pais.
- 3.- Para uma caracterização do campo da 'demografia da família', ver Bongaarts, 1983; Ryder, 1985; Bongaarts et al (no prelo) e Keilman et al (no prelo).

- 4.- Veja-se, por exemplo, as secções sobre a demografia da família e do ciclo de vida nas Conferências Internacionais da População de 1977, 1981 e 1985, o projecto internacional sobre a demografia da família coordenado pelo CICRED, a conferência de especialistas da IUSSP sobre métodos e suas aplicações em demografia da família (as comunicações aí apresentadas estão em vias de publicação in Bongaarts et al, cit.), a conferência sobre a modelização da formação e dissolução de agregados domésticos realizada na Holanda em 1984 (ver as comunicações in Keilman et al, cit.), os encontros promovidos por organizações como a Population Association of America ou a British Society for Population Studies, ou ainda o recente seminário sobre 'Changing Family Structures and Life Courses in Low Developing Countries' realizado em Honolulu, entre 5 e 7 de Janeiro de 1987.
- 5.- Ver, por exemplo, os volumes citados nas notas anteriores e Kertzner (no prelo).
- 6.- Bongaarts, 1983; Ryder, 1985 e Brass, 1983.
- 7.- Também não será tratada aqui, a possível utilização da informação sobre a situação económica dos agregados e famílias, ou sobre a situação na profissão, dado que tal implicaria uma discussão pormenorizada das categorias utilizadas nas estatísticas oficiais para classificar este tipo de informação, o que seria manifestamente impossível no âmbito deste artigo; para discussões deste problema, ver, por exemplo, Almeida, 1986; Barros, 1986; Pinto, 1985; Wall, 1986.
- 8.- Sobre o processo de produção das estatísticas oficiais e a importância do conhecimento do contexto da recolha e produção da informação, ver Gibril, 1979; Le Bras, 1979; Thompson et al, 1982; Méryllié, 1983; Cicourel, 1969; veja-se igualmente os pontos de vista expressos por Hindess, 1983.
- 9.- I.N.E., 1985, IX.
- 10.- I.N.E., 1985, IX.

- 11.- Ver Pina Cabral, 1984 e 1986, a propósito da 'casa' no Alto Minho.
- 12.- Ver a pertinente discussão do problema por Caldwell (1985), referindo-se embora a um problema diferente (o dos estudos sobre fecundidade); ver igualmente, Pina Cabral, no prelo.
- 13.- Ver, a este propósito, Cicourel, 1969; Douglas, 1967 e especialmente Blalock, 1982.
- 14.- Utilizações nesse sentido da informação incluída no Censo de 1960 podem ser encontradas em Rowland, 1984; Feijó e Nunes, 1986 e Nunes, 1986 e 1987.
- 15.- Sobre este problema, ver Brass, 1983 e Murphy, 1986.
- 16.- A reclassificação das famílias, nos termos de Hammel-Laslett, foi feita do seguinte modo:

| <u>Categoria do Censo</u> | <u>Hammel-Laslett</u> |
|-----------------------------------------------------|-----------------------|
| Famílias sem núcleo | |
| - só com 1 pessoa | Tipo 1 (solitários) |
| - com várias pessoas, aparentadas | Tipo 2a |
| - com várias pessoas, sem laços de parentesco | Tipo 2b |
| Famílias com um núcleo | |
| - casal sem filhos sem mais pessoas | Tipo 3a |
| - casal com filhos solteiros sem mais pessoas | Tipo 3b (simples) |
| - pai ou mãe com filhos solteiros, sem mais pessoas | Tipo 3c |
| - todas as famílias com um núcleo, com mais pessoas | Tipo 4 (alargadas) |
| Famílias com dois ou mais núcleos | Tipo 5 (múltiplas) |

A conversão é feita pressupondo que as 'outras pessoas' que vivem em famílias com núcleos são parentes de pelo menos um dos membros do ou dos núcleos familiares presentes, e ainda que onde

há mais do que um núcleo estes se encontram ligados por alguma relação de parentesco. Dadas as características (já discutidas) das definições utilizadas no Censo, que sugerem uma tendência para a exclusão da família de indivíduos não aparentados como os membros do ou dos núcleos presentes, é pouco provável que esta simplificação introduza alguma distorsão significativa nos cálculos da distribuição das famílias por tipos. Convém lembrar que, na classificação de Hammel-Laslett, a presença de criados ou de hóspedes não altera a classificação das famílias. Como já foi notado no texto, contudo, a classificação separada de criados e de hóspedes sem pensão alimentar, por exemplo, pode 'inflacionar' o número de famílias sem núcleos, alterando assim, a distribuição percentual de todos os grupos. Estes pontos devem ser lembrados na apreciação dos resultados.

Para uma utilização no mesmo sentido da informação sobre famílias nos Censos de 1960 e de 1970, ver Rowland 1984, e Lobo, 1985. Esta última autora inclui, no mesmo artigo, um quadro comparativo dos resultados distritais dos três censos de 1960, 1970 e 1981; os valores para este último ano não coincidem inteiramente com os que aqui apresento (que são provisórios), provavelmente devido à utilização de critérios de classificação não totalmente coincidentes. A distribuição regional dos tipos de famílias, contudo, não apresenta qualquer diferença de monta.

- 17.- Ver Nunes, 1987.
- 18.- Para uma interessante discussão destes problemas, ver Brass, 1983 e Murphy, 1983 e 1986.
- 19.- Esta prática é corrente em vários países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Para uma discussão das características deste tipo de informação em vários países, ver as contribuições incluídas em Keilman et al, no prelo, onde são igualmente afluídos, por alguns autores, os problemas de ordem ética e jurídica relacionados com o acesso a dados de carácter pessoal.
- 20.- As possibilidades de utilização de material deste tipo para a investigação são muito bem ilustradas no já referido volume de Keilman et al, e ainda nas contribuições publicadas em British Society for Population Studies

1983 e 1985, especialmente Hobcraft, 1985.

- 21.- Para uma apresentação da fonte e das possibilidades de utilização desta, ver Fox e Grundy, 1985, e o capítulo da autoria de Sullivan, Murphy e Brown, in Keilman et al, no prelo.
- 22.- Para uma apresentação mais pormenorizada do projecto e suas origens, ver Pina Cabral, no prelo. É importante notar que uma das vertentes mais significativas do projecto é a que diz respeito à tentativa de definição de padrões regionais na organização e reprodução social, aspecto que, como se depreende de tudo o que acima foi dito, só muito superficialmente pode ser abordado com base nas estatísticas oficiais, mesmo quando a informação de base está disponível.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A.N. de, (1984), Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, A.N. de, (1985), "Trabalho Feminino e Estratégias Familiares", Análise Social XXI (85), 7-44.
- Almeida, J.F. de, (1986), Classes Sociais nos Campos, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Barros, A. de, (1986), Do Latifundismo à Reforma Agrária. O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência. Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Blalock, H.M., (1982), Conceptualization and Measurement in the Social Sciences, Beverly Hills, Sage Publications.
- Bongaarts, J., (1983), "The Formal Demography of Families and Households: an Overview", IUSSP Newsletter, 17.

- Bongaarts, J., T. Burch, K. Wachter, eds. (no prelo), Family Demography - Methods and their Applications, Oxford, Oxford University Press.
- Brass, W., (1983), "The Formal Demography of the Family: an Overviez of the Proximate Determinants", in British Society for Population Studies, 1983, 37-49.
- Brettell, C.B., (1986), Men Who Migrate, Women Who Wait, Princeton, Princeton University Press.
- Bretteli, C.B., (1987), Emigration and Household Structure in a Portuguese Parish, 1850-1920, a publicar in Journal of Family History.
- British Society for Population Studies (1983), The Family, London, Office of Population Censuses and Surveys, Occasional Papers 31.
- Bristish Society for Population Studies, (1985), Measuring Socio-Demographic Change, London, Office of Population Censuses and Surveys, Occasional Papers 34.
- Caldwell, J.C., (1985), "Strengths and Limitations of the Survey Approach for Measuring and Understanding Fertility Chanbe: Alternative Possibilities", in J. Cleland e J. Hobcraft (eds.), Reproductive Change in Developing Countries - Insights from the World Fertility Survey, Oxford, Oxford University Press, 45-63.
- Cicourel, A.V., (1969), Method and Measurement in Sociology New York, The Free Press.
- Cutileiro, J., (1976), Ricos e Pobres no Alentejo, Lisboa, Sá da Costa.
- Douglas, J.D., (1967), The Social Meanings of Suicide, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- Feijo, R.G., e Nunes, J.A., (1986), "Household Composition and Social Differentiation - North Western Portugal in the Nineteenth Century", Sociologia Ruralis, XXVI (3/4), 249-267.

- Fox, J. e E. Grundy, "A Longitudinal Perspective on Recent Socio-Demographic Change" in British Society for Population Studies, 10-25.
- Gibril, M.A., (1979), Evaluating Census Response Errors - A Case Study for the Gambia, Paris, O.C.D.E.
- Hindess, B., (1973), The Use of Official Statistics in Sociology, London, Macmillan.
- Hobcraft, J., (1985), "Measuring Demographic Change and its Consequences", in British Society for Population Studies, 39-50.
- Instituto Nacional de Estatística (1984), XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa, I.N.E.
- Instituto Nacional de Estatística, (1985), Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 1980-1981, Lisboa, I.N.E.
- Keilman, N., A. Kuijsten, A. Vossen (eds.) (no prelo), Modelling Household Formation and Dissolution, Oxford, Oxford University Press.
- Kertzner, D.I. (ed.) (no prelo), Family Relations in Life Course Perspective, London, JAI Press.
- Le Bras, H., (1973), "Parents, Grand-Parents, Bisafeux", Population, 1, 9-37.
- Le Bras, H., (1979), Child and Family - Demographic Developments in OECD Countries, Paris, O.C.D.E.
- Lobo, I.S., (1985), "Estrutura Social e Produtiva e Propensão à Subterraneidade no Portugal de Hoje", Análise Social, XXI, (87/88/89), 527-562.
- Merllié, D., (1983), "Une nomenclature et sa mise en oeuvre les statistiques sur l'Origine Sociale des Etudiants", Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 50, 4-47.
- Murphy, M., (1983), "The Life Course of Individuals in the Family: describing Static and Dynamic Aspects of the Contemporary Family", in British Society for Population Studies, 50-70.

- Murphy, M., (1986), "Modelling Households: a Synthesis", comunicação à conferência Population Research in Britain, East Anglia, 10-12 de setembro de 1986.
- Nunes, J.A., (1986), "On Household Composition in North-eastern Portugal - Some Critical Remarks and a Case Study", Sociologia Ruralis, XXVI (1), 48-69.
- Nunes, J.A., (1987), "Nupcialidade e Família em Portugal (séculos XVI-XX)", comunicação ao Congresso Luso-Hispano-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona, 22-25 de Abril de 1987.
- O'Neill, B.J., (1984), Proprietários, Lavradores e Jornalistas - Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978, Lisboa, Edições Dom Quixote.
- Pina Cabral, J.de, (1984), "Comentários Críticos sobre a Casa e a Família no Alto Minho Rural", Análise Social, XX (/3), 263-284.
- Pina Cabral, J.de, (1986), Sons of Adam, Daughters of Eve. The Peasant Worldview of the Alto Minho, Oxford, Clarendon Press.
- Pina Cabral, J. de, (no prelo), "A Casa do Noreste - Encontros Pluridisciplinares. I - Introdução: Questões Teóricas e Metodológicas", a publicar em Análise Social.
- Pinto, J.M., (1985), Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos, Porto, Edições Afrontamento.
- Rowland, R., (1984), "Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada", Ler História, 3, 13-32.
- Ryder, N.B., (1985), "Recent Developments in the Formal Demography of the Family", International Population Conference, Florença, 5-12 de Junho de 1985.
- Thompson, L.V., M. Nawab Ali, J.B. Casterline, (1982), Collecting Demographic Data in Bangladesh: Evidence From Tape-Recorded Interviews, WFS Scientific Reports, nº 41, Voorburg, Netherlands, International Statistical Institute.
- Wall, K., 1986, "Agriculture and Family in Portugal - Aspects for a Critical Appraisal", in Facts and Figures about Rural Portugal, Braga, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 89-106.